

Entidade: FUNDAÇÃO BENJAMIM DIAS COSTA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		
		N 2021	N 2020	N-1 2019
Vendas		-	3 536,88	2 674,16
Prestação de Serviço		372 406,70	305 900,02	365 048,98
Subsídios à exploração		610 327,67	584 279,06	521 583,42
Donativos		69 339,61	76 877,19	99 412,62
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(37 602,20)	(33 663,24)	(43 641,51)
Fornecimentos e serviços externos		(120 060,47)	(114 171,77)	(173 283,51)
Gastos com o pessoal		(709 904,36)	(622 377,26)	(648 924,30)
Outros rendimentos e ganhos		22 028,59	23 356,13	24 778,60
Outros gastos e perdas		(6 053,90)	(12 645,08)	(13 711,55)
Resultado ntes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		200 481,64	211 091,93	133 936,91
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		(56 801,25)	(53 939,93)	(45 412,40)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		143 680,39	157 152,00	88 524,51
Juros e rendimentos similares obtidos		5,30	-	2,12
Juros e gastos similares suportados		-	-	(4,62)
Resultado antes de impostos		143 685,69	157 152,00	88 522,01
Imposto sobre o Rendimento do Período		79,00	95,46	111,29
Resultado líquido do período		143 606,69	157 056,54	88 410,72

Entidade: FUNDAÇÃO BENJAMIM DIAS COSTA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

POR VALÊNCIA

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	VALÊNCIAS					
		Creche	Pré-Escolar	ATL	SAAS	GPS PSI+SOCIAL	GERAL
Vendas		-	-	-			-
Prestação de Serviço		101 259,82	142 148,11	128 998,77			372 406,70
Subsídios à exploração		195 633,32	237 984,42	78 461,50	70 649,40	27 599,03	610 327,67
Donativos		11 397,15	14 989,25	39 453,21	-	3 500,00	69 339,61
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(8 874,12)	(12 183,11)	(16 544,97)	-	-	(37 602,20)
Fornecimentos e serviços externos		(24 192,83)	(31 379,80)	(58 253,66)	(2 907,20)	(3 326,98)	(120 060,47)
Gastos com o pessoal		(225 711,39)	(255 260,79)	(147 520,26)	(50 159,70)	(31 252,22)	(709 904,36)
Outros rendimentos e ganhos		5 195,03	7 154,45	9 679,11	-	-	22 028,59
Outros gastos e perdas		(1 537,40)	(1 945,66)	(2 565,85)	(2,50)	(2,49)	(6 053,90)
Resultado ntes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		53 168,58	101 506,87	31 707,85	17 580,00	(3 482,66)	200 481,64
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		(14 597,00)	(15 521,99)	(28 385,03)	-	(297,22)	(56 801,25)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		38 572,58	85 984,88	5 322,82	17 580,00	(3 779,88)	143 680,39
Juros e rendimentos similares obtidos		1,25	1,71	2,34			5,30
Juros e gastos similares suportados							
Resultado antes de impostos		38 573,83	85 986,59	5 325,16	17 580,00	(3 779,88)	143 685,69
Imposto sobre o Rendimento do Período		18,64	25,60	34,76		-	79,00
Resultado líquido do período		38 555,19	85 960,99	5 290,40	17 580,00	(3 779,88)	143 606,69

Entidade: FUNDAÇÃO BENJAMIM DIAS COSTA

BALANÇO INDIVIDUAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		N 31-12-2021	N-1 31-12-2020	N-2 31-12-2019
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis		1 127 133,18	1 050 130,83	1 091 260,58
Ativos intangíveis		-	-	-
Investimentos financeiros		4 676,35	3 915,59	4 697,28
Investimentos em curso		-	-	890,00
		1 131 809,53	1 054 046,42	1 096 847,86
Ativo corrente				
Inventários		4 444,16	3 612,62	5 816,60
Créditos a receber		7 478,09	17 650,24	4 234,80
Estado e outros entres públicos		1 004,07	1 811,44	9 214,55
Diferimentos		10 379,13	10 366,62	103 213,64
Outros ativos correntes		8 660,00	24 322,45	1 727,87
Caixa e depósitos bancários		307 131,39	283 900,96	71 422,10
		339 096,84	341 664,33	195 629,56
Total do ativo		1 470 906,37	1 395 710,75	1 292 477,42
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos		130 129,05	130 129,05	130 129,05
Resultados transitados		541 946,80	384 890,26	296 479,54
Ajustamentos/ outras variações no capital próprio		526 875,24	544 416,93	562 611,62
Resultado líquido do período		143 606,69	157 056,54	88 410,72
Total dos fundos patrimoniais		1 342 557,78	1 216 492,78	1 077 630,93
Passivo				
Passivo corrente				
Fornecedores		1 572,36	9 576,06	4 728,50
Estado e outros entres públicos		34 535,40	16 639,22	29 486,37
Financiamentos obtidos		-	-	-
Diferimentos		85,60	52 646,10	-
Outros passivos correntes		92 155,23	100 356,59	180 631,62
		128 348,59	179 217,97	214 846,49
Total do passivo		128 348,59	179 217,97	214 846,49
Total do capital próprio e do passivo		1 470 906,37	1 395 710,75	1 292 477,42

ANEXO AO BALANÇO
E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
2021



[Handwritten signature]

ÍNDICE

1	IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE.....	3
2	REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	3
3	POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	4
4	POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	5
5	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	5
6	ATIVOS INTANGÍVEIS	7
7	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	7
8	LOCAÇÕES.....	7
9	CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	8
10	INVENTÁRIOS.....	8
11	RÉDITO	8
12	PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES	9
13	SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADE PÚBLICAS	9
14	BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	11
15	DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS.....	12
16	OUTRAS DIVULGAÇÕES/ INFORMAÇÕES.....	12
17	ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	17

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the number 218.

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Fundação Benjamim Dias Costa, com registo fiscal (NIF) 500867852, é uma IPSS sediada na Casa do Freixieiro, sita na Rua da Nestlé, n.º 45, 3860-071 AVANCA, concelho de Estarreja, que exerce a sua atividade na área de Infância e Juventude, mais concretamente nas valências Creche, Pré-escolar e ATL, beneficiando mais de duzentos utentes.

Instituída por Adelino Dias Costa (Comendador da Ordem de Mérito em 24/06/1946) e sua esposa, D. Assunção Leite, a Fundação Benjamim Dias Costa foi reconhecida por despacho do Ministro da Saúde e Assistência de 11 de dezembro de 1967, ano em que os seus estatutos foram aprovados e publicados no Diário do Governo (30/12/1967).

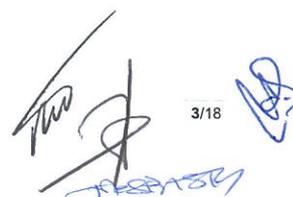
É uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) registada a título definitivo na Direção Geral da Segurança Social desde 13/02/1984, no livro n.º 2, sob o n.º 9/84, a fls. 37 e 37 verso, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento do Registo das Instituições de Solidariedade Social, aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de janeiro e possui, por essa via, estatuto de Utilidade Pública.

Os seus estatutos foram revistos e publicados em Diário da República em 24 de dezembro de 1983 e novamente revistos e aprovados por despacho do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares em 23/10/2014. Os novos estatutos foram publicados e registados definitivamente pela Direção Geral da Segurança Social pelo averbamento n.º 1 à inscrição n.º 9/84, a fls. 37/37 verso no Livro n.º 2 das Fundações de Solidariedade Social.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em **2021**, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Base para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI).

Handwritten signature in blue ink, followed by a blue circular stamp containing a stylized logo or initials.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Entidade e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos legalmente.

3 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF). Foram respeitados e seguidos os seguintes princípios:

3.1.1 CONTINUIDADE

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 REGIME DO ACRÉSCIMO (PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “*Devedores e Credores por Acréscimos*” e “*Diferimentos*”.

3.1.3 CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão

influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 COMPENSAÇÃO

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- ▶ A natureza da reclassificação;
- ▶ A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- ▶ Razão para a reclassificação.

3.1.7 POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

As bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras serão especificadas nos parágrafos seguintes item a item.

4 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade. As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas, correspondem aos períodos de vida útil estimada. A entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros Rendimentos Operacionais” ou “Outros Gastos Operacionais”.

5.1 BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO

(Não Aplicável).

5.2 BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL

(Não Aplicável).

5.3 OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de **2021**, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo em 31-12-2020	Aquisições Dotações	Abates	Transferências	Revalidação	Saldo em 31-12-2021
Custo						
Terrenos e Recursos Naturais	121 650,00	32 500,00				154 150,00
Edifícios e Outras Construções	1 589 876,61	97 500,00				1 687 376,61
Equipamento Básico	189 166,16	3 803,60				192 969,76
Equipamento de Transporte	123 685,69					123 685,69
Equipamento Administrativo	46 994,55					46 994,55
Outros Ativos Fixos Tangíveis	9 482,11					9 482,11
TOTAL	2 080 855,12	133 803,60	0,00	0,00	0,00	2 214 658,72
Depreciações Acumuladas						
Edifícios e Outras Construções	692 134,00	47 413,21				739 547,21
Equipamento Básico	169 217,82	5 551,17				174 768,99
Equipamento de Transporte	115 841,39	2 614,77				118 456,16
Equipamento Administrativo	50 735,82	1 182,44				51 918,26
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2 795,26	39,60				2 834,86
TOTAL	1 030 724,29	56 801,19	0,00	0,00	0,00	1 087 525,48

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações. Em 2021 ocorreu a aquisição do Prédio Urbano 2368 (sito em Avanca) e de equipamento para a cozinha (grelhador, máquina de lavar louça), no total global de 133.803,60€. As “Depreciações” foram contabilizadas pelo *Método das Quotas Constantes* de acordo com a legislação em vigor (Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de setembro).

6 ATIVOS INTANGÍVEIS

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

Descrição	31-12-2021		
	Programas de Computador	Ativos Intangíveis em Curso	Total
Totais Ativos Intangíveis			
Valor Bruto Total no fim do período	1 098,64		1 098,64
Amortizações Acumuladas no fim do período	1 098,64		1 098,64
Valor Bruto no início do período	1 098,64		1 098,64
Amortizações Acumuladas no início do período			
Variações do Período			
Amortizações do período			
Saldo no final do período	0,00	0,00	0,00

7 INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros, tanto ativos como passivos, são contabilizados ao custo contratado.

Descrição	Situação em 31/12/2021			Situação em 31/12/2020		
	Ativos e passivos financeiros	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Ativos e passivos financeiros	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Investimentos em Subsidiárias Participação de Capital - CCAM Estarreja	1 000,00		1 000,00	1 000,00		1 000,00
Outros Investimentos Financeiros Fundo Compensação do Trabalho	3 676,35		3 676,35	2 915,59		2 915,59
TOTAL	4 676,35	0,00	4 676,35	3 915,59	0,00	3 915,59

8 LOCAÇÕES

(Não Aplicável).

9 CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

10 INVENTÁRIOS

Os Inventários que a Entidade detém, destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades e serviços presentes e futuros que lhes estão associados e estão mensurados pelo custo de aquisição.

Para os anos de 2020 e 2021 os valores dos "Inventários" e do "Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas" foram os seguintes:

Descrição	Inventário 01-01-2020	Compras 2020	Inventário 31-12-2020	Compras 2021	Inventário 31-12-2021
Mercadorias	4 589,77	1 026,99	2 534,45	0,00	2 534,45
Matérias-primas, subsidiárias e de Consumo	1 226,83	30 432,27	1 078,17	38 433,74	1 909,71
TOTAL	5 816,60	31 459,26	3 612,62	38 433,74	4 444,16
CMVMC		0,00		37 602,20	

11 RÉDITO

O rédito é reconhecido no momento da prestação e pelo seu contravalor.

Para os períodos de 2020 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Vendas	0,00	3 536,88
Prestação de Serviços	372 406,70	305 900,02
Matrículas e Mensalidades	372 406,70	305 900,02
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	679 667,28	661 156,25
Subsídios do Estado	587 195,02	576 779,06
Subsídios de Outras Entidades	23 132,65	7 500,00
Donativos	69 339,61	76 877,19
Juros	5,30	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos	22 028,59	23 356,13
TOTAL	1 074 107,87	993 949,28



8/18

12 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

(Não Aplicável).

13 SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADE PÚBLICAS

A entidade recebeu subsídios do governo ao investimento e à exploração. Os subsídios ao investimento foram recebidos a fundo perdido e de acordo com as normas da NCRF- ESNL foram contabilizados em fundos patrimoniais sendo reconhecidos em proveitos numa base sistemática correspondente às depreciações dos bens do Ativo Fixo Tangível subsidiados.

Os subsídios à exploração são diretamente lançados em resultados à medida que são recebidos:

- ▶ Subsídios contratualizados no âmbito de Acordos de Cooperação com o Instituto de Segurança Social para apoio às respostas sociais Creche, Pré-Escolar, ATL e SAAS;
- ▶ Medida de Apoio COVID19 proporcionada pelo Instituto de Segurança Social no âmbito do Layoff Simplificado (Medida Extraordinária de Apoio à Manutenção dos Contratos de Trabalho)
- ▶ Subsídios de acordos com IEFP para Emprego Inserção, Estágios Profissionais;
- ▶ Medida de Apoio COVID19 proporcionada pelo IEFP no âmbito do Incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial;
- ▶ Medida temporária e excecional proporcionada pelo IEFP, (MAREES), que consistiu no apoio à realização de trabalho socialmente necessário, para assegurar a capacidade de resposta das instituições públicas e do setor solidário com atividade na área social e da saúde, durante a pandemia da doença COVID-19;
- ▶ Subsídio contratualizado no âmbito de protocolos com o Município de Estarreja para o desenvolvimento de atividades correntes;
- ▶ Subsídio contratualizado no âmbito de protocolos Prémios BPI “la Caixa” 2020;
- ▶ Subsídio pecuniário por trabalhador em virtude da atualização da retribuição mínima mensal garantida (RMMG) a partir de 1 de janeiro de 2021.

Foram os seguintes os valores globais recebidos em 2020 e 2021:

Descrição	2021	2020
Subsídios do Estado		
Subsídio à Exploração - Centro Regional Segurança Social	540 152,11	520 514,79
Acordos de Cooperação	507 534,44	478 218,14
Medidas de Apoio COVID	32 617,67	42 296,65
Subsídio à Exploração - IEFP	34 262,91	41 409,27
Subsídio à Exploração - Autarquia Local	12 780,00	14 855,00
TOTAL	587 195,02	576 779,06



Handwritten signature and stamp, possibly indicating approval or verification. The stamp includes the number 9/18.

Descrição	2021	2020
Subsídios de Outras Entidades		
Subsídio à Exploração - Fundação "La Caixa" - GPSI+SOCIAL	22 414,40	7 500,00
Subsídio à Exploração - IAPMEI	718,25	0,00
TOTAL	23 132,65	7 500,00

A pandemia causada pela doença COVID-19, para além de consistir numa grave emergência de saúde pública a que foi necessário dar resposta no plano sanitário, teve inúmeras consequências de ordem económica e social, pelo que se adotaram um conjunto de medidas e apoios excecionais.

A Medida Extraordinária de Apoio à Manutenção dos Contratos de Trabalho (Layoff), aplicou-se às Entidades Empregadoras, em situação de crise empresarial, ou seja, Entidades Empregadoras em Encerramento total ou parcial da empresa ou estabelecimento motivado por decreto do Governo/determinação legislativa/administrativa e abrangendo os trabalhadores a estes diretamente afetos. Tratou-se de um apoio financeiro extraordinário atribuído à Instituição, por trabalhador, destinado exclusivamente ao pagamento de remunerações, durante o período de redução temporária de horário de trabalho ou suspensão dos contratos de trabalho.

O novo incentivo à normalização da atividade empresarial (novo incentivo à normalização) consistiu na atribuição de um apoio financeiro, concedido pelo Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P. (IEFP), aos empregadores abrangidos, no primeiro trimestre de 2021, pelo apoio extraordinário à manutenção de contrato de trabalho em situação de crise empresarial ("lay-off simplificado") ou pelo apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade em empresas em situação de crise empresarial, com redução temporária do período normal de trabalho. Teve como objetivo apoiar a manutenção do emprego e reduzir o risco de desemprego dos trabalhadores de entidades empregadoras afetadas pelos efeitos da pandemia da COVID -19, na fase do seu regresso à prestação normal de trabalho e de normalização da atividade empresarial, depois de terminada a aplicação dos referidos apoios da segurança social.

Os Prémios BPI "la Caixa" 2020 são uma iniciativa conjunta do BPI e da Fundação "la Caixa" e destinam-se a apoiar financeiramente projetos que promovam a melhoria da qualidade de vida e a igualdade de oportunidades de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Em 2020 a Entidade apresentou e viu aprovado o projeto para a criação de um Gabinete Psicoeducacional, descentralizado e gratuito, para um público socialmente vulnerável e em idade ativa.

O Decreto Lei n.º 37/2021 veio criar a medida excepcional de compensação ao aumento do valor da retribuição mínima mensal garantida (RMMG, ou seja, salário mínimo nacional), fixado no Decreto-Lei n.º 109-A/2020, de 31 de dezembro. Este apoio foi dirigido a todas as entidades empregadoras com sede em território continental, incluindo pessoas singulares, com um ou mais trabalhadores a tempo completo ao seu serviço, que a 31 de dezembro de 2020 recebiam como remuneração base o valor de

retribuição mínima mensal garantida, no valor de 635,00€, ou cuja remuneração base era superior a 635,00€ e inferior a 665,00€. O apoio correspondeu a 84,50€ por trabalhador, no caso dos trabalhadores que auferissem 635,00€, ou a 42,50€ por trabalhador, no caso dos trabalhadores que auferissem uma remuneração entre 635,00€ e 665,00€, sendo apenas considerados os trabalhadores que se mantinham ao serviço em abril de 2021.

14 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os Órgãos Sociais da Fundação são o Conselho de Administração, composto por 9 elementos, Conselho Executivo, composto por 5 elementos e o Conselho Fiscal, composto por 7 elementos.

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Presidente	Manuel Avenilde Rodrigues Valente	NIF 151856001
Vice-Presidente	José António de Matos Silva e Costa	NIF 170994511
Secretário	Maria José Valente Fernandes Rodrigues	NIF 139476121
Tesoureiro	Maria da Conceição dos Santos Bastos	NIF 171828780
Vogal	Belmiro Daniel Pinto da Silva	NIF 227207114
Vogal	Maria Carolina da Silva Valente	NIF 172270111
Vogal	José Maria Marques Laranjeira	NIF 137419660
Vogal	Maria de Lurdes Matos Pinho	NIF 171159829
Vogal	João Domingos Ramos de Bastos	NIF 220395802

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL		
Presidente	José Henriques Da Silva	NIF 152147489
Vogal	Maria da Assunção Carvalho Dias Costa	NIF 172026512
Vogal	Sofia da Silva Valente	NIF 195164385
Vogal	Maria Lúcia Carvalho Dias Costa	NIF 172026490
Vogal	António Jorge Ferreira Borges	NIF 220124817
Vogal	Manuel Augusto Amorim	NIF 142745499
Vogal	Jorge Daniel Gonçalves Laranjeira	NIF 173297641

MEMBROS DO CONSELHO EXECUTIVO		
Presidente	José Maria Marques Laranjeira	NIF 137419660
Vogal	Maria Carolina da Silva Valente	NIF 172270111
Vogal	Maria José Valente Fernandes Rodrigues	NIF 139476121
Vogal	Belmiro Daniel Pinto da Silva	NIF 227207114
Vogal	Maria da Conceição dos Santos Bastos	NIF 171828780

No âmbito do exercício de funções como membros dos Órgãos Sociais não há processamento de qualquer tipo de remuneração.

A 31.12.2021 a entidade apresenta **52** pessoas ao serviço. Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações dos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações do Pessoal	586 154,68	516 732,80
Indemnizações	241,82	11 423,99
Encargos sobre Remunerações	116 990,32	90 488,49
Seguros de Acidentes de Trabalho	6 075,55	3 333,21
Outros Gastos com o Pessoal	441,99	398,77
TOTAL	709 904,36	622 377,26

15 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

16 OUTRAS DIVULGAÇÕES/ INFORMAÇÕES

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

16.1 FUNDADORES/BENEMÉRITOS/PATROCINADORES/DOADORES/ASSOCIADOS/MEMBROS

(Não aplicável).

16.2 CLIENTES E UTENTES

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das “Perdas por Imparidade”, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente; no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos Não Correntes.

A rubrica “*Clientes e Utentes*” tinha nos anos de 2020 e **2021** os saldos descritos no quadro seguinte:

Descrição	2021	2020
Cientes e Utentes C/C		
Cientes	7 500,00	0,00
Utentes	2 950,51	19 663,35
Cientes e Utentes - Incobráveis		
Cientes - Incobráveis		
Utentes - Incobráveis	-269,55	-269,55
Cientes e Utentes - Adiantamentos		
Cientes - Adiantamentos		
Utentes - Adiantamentos	-2 702,87	-1 743,56
TOTAL	7 478,09	17 650,24

16.3 DIFERIMENTOS

A rubrica “*Diferimentos*” teve, nos anos 2020 e **2021**, os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a Reconhecer		
Gastos a Reconhecer	10 379,13	10 366,62
TOTAL	10 379,13	10 366,62
Rendimentos a Reconhecer		
Rendimentos a Reconhecer	85,60	52 646,10
TOTAL	85,60	52 646,10

16.4 OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período. Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

16.5 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A rubrica “*Caixa e Depósitos Bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2020 e 2021 encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa	576,78	1 496,97
Depósitos à Ordem	306 554,61	282 403,99
TOTAL	307 131,39	283 900,96

16.6 FUNDOS PATRIMONIAIS

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações incluídas na rubrica “Outras Variações do Fundo Patrimonial” e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-01-2021	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-12-2021
Fundos	130 129,05			130 129,05
Resultados Transitados	384 890,26	157 056,54		541 946,80
Excedentes de Revalorização	0,00			0,00
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	544 416,93		17 541,69	526 875,24
TOTAL	1 059 436,24	157 056,54	17 541,69	1 198 951,09

16.7 FORNECEDORES

As dívidas registadas em “Fornecedores” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores C/C	1 572,36	9 576,06
TOTAL	1 572,36	9 576,06

O saldo de Fornecedores representa o normal decorrer das transações comerciais; tendo sido solicitadas as respetivas circularizações.

16.8 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto, o n.º 3 do referido artigo menciona:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), expecto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.



A rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1 004,07	1 811,44
TOTAL	1 004,07	1 811,44
Passivo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)	79,00	95,46
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRS)	7 516,25	3 155,19
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	579,06
Contribuições para a Segurança Social	26 940,15	12 809,51
TOTAL	34 535,40	16 639,22

16.9 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Durante o ano de 2021 a Instituição não recorreu a financiamento.

16.10 OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR

As dívidas registadas em “Outras Contas a Receber e a Pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal. A rubrica desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Devedores por Acréscimo de Rendimentos				
Acréscimo Faturação		-1 849,61		
Credores por Acréscimo de Gastos				
Remunerações a Liquidar		-88 615,47		-92 115,38
Outros Acréscimo de Gastos		-1 490,15		-1 035,83
Outros Credores		-200,00		-200,00
Outros Devedores		8 660,00		24 522,45
TOTAL	0,00	-83 495,23	0,00	-68 828,76

16.11 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2021 foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Serviços Especializados	54 725,75	56 210,93
Materiais	7 235,75	7 527,85
Energia e Fluidos	24 783,78	19 743,21
Deslocações, Estadas e Transportes	3 499,15	1 670,80
Serviços Diversos	29 816,04	29 018,98
TOTAL	120 060,47	114 171,77

16.12 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de “Outros Rendimentos e Ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	104,48	169,20
Outros Rendimentos e Ganhos	4 382,42	4 992,24
Imputação de Subsídios ao Investimento	17 541,69	18 194,69
TOTAL	22 028,59	23 356,13

16.13 OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica de “*Outros Gastos e Perdas*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	4884,97	2051,92
Outros Gastos e Perdas	1168,93	10593,16
TOTAL	6 053,90	12 645,08

16.14 RESULTADOS FINANCEIROS

Nos períodos de 2020 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
Juros e Gastos Similares Suportados		
Juros Suportados	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00
Juros e Rendimentos Similares Obtidos		
Juros Obtidos	5,30	0,00
TOTAL	5,30	0,00
RESULTADOS FINANCEIROS	5,30	0,00

17 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2022.

Avanca, 31 de março de 2022

O Conselho de Administração;

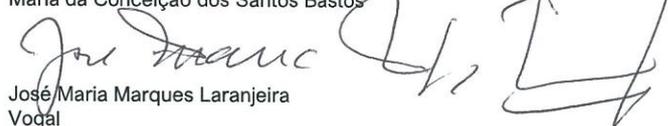
Presidente

Manuel Avenilde Rodrigues Valente




Tesoureiro

Maria da Conceição dos Santos Bastos



José Maria Marques Laranjeira
Vogal

A Contabilista Certificada;



Contabilista Certificada

Mónica Alexandra Tavares Valente dos Santos